



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL
DE
PAMPILHOSA DA SERRA

DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 27/06/2016
(Contém folhas)

ATA Nº 15

Estiveram presentes os seguintes membros:

Presidente:	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
Vereador:		
Vereador:	João dos Santos Alves	(PSD)
Vereador:	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
Vereador:	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)

Faltaram os seguintes membros:

Presidente:		
Vereadores:	Jorge Alves Custódio	(PSD)



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

REUNIÃO DE 27/06/2016

ATA Nº 15

----- Aos vinte e sete dias do mês de junho do ano dois mil e dezasseis, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, João dos Santos Alves e Carlos Manuel Nunes Alegre. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A Câmara Municipal deliberou por unanimidade justificar a falta de comparência do Sr. Vice-Presidente, Jorge Alves Custódio, por se encontrar em representação do Município, na FIA - Feira Internacional de Artesanato, que decorre de 25 de junho a 03 de julho, na FIL, em Lisboa. -----

----- A ata da reunião ordinária do dia 13 de junho de 2016 foi aprovada por unanimidade. -----

I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES

----- O Sr. Presidente da Câmara manifestou o seu regozijo pela forma como tem estado a decorrer a participação do Município de Pampilhosa da Serra na FIA - Feira Internacional de Artesanato, em Lisboa, cujo stand foi inaugurado no passado dia 25 de junho, no qual atuou o Grupo Musical Fraternidade Pampilhosense, e também pelo facto de se estar a registar uma enorme afluência de visitantes. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2 - DIVISÃO FINANCEIRA

2.1 - SECÇÃO FINANCEIRA

2.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 22 de junho de 2016, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 2.337.625,69 € (Dois milhões trezentos e trinta e sete mil seiscentos e vinte e cinco euros e sessenta e nove cêntimos); -----

----- De operações não orçamentais: 237.267,36 € (duzentos e trinta e sete mil duzentos e sessenta e sete euros e trinta e seis cêntimos), num total de 2.586.752,17 € (dois milhões quinhentos e oitenta e seis mil setecentos e cinquenta e dois euros e dezassete cêntimos).-

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

2.1.2 - Pagamento do FAM - Fundo de Apoio Municipal

----- No âmbito do disposto no nº 4 do artº 17º da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, transferir para o FAM - Fundo de Apoio Municipal, o montante de 31.582 € (trinta e um mil quinhentos e oitenta e dois euros), através de transferência bancária. -----

3 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

3.1 - SERVIÇOS JURÍDICOS

3.1.1 - Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra - Proposta de Parceria para Implementação do Programa de Vigilância Móvel Florestal no Concelho de Pampilhosa da Serra

----- Foi presente uma carta da Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, a informar que, em resposta ao ofício da Câmara Municipal nº 3492, datado de 15/06/2016, a Direção daquela Associação, deliberou por unanimidade aceitar a concretização de um protocolo de colaboração, entre a Câmara Municipal e a Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, com vista à execução do Plano



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

Operacional Municipal para 2016, no que à vigilância florestal diz respeito, nos termos e condições propostos. -----

----- Mais referem que, uma vez ponderados os custos previsionais que esta operação ocasiona, estimam em 26.800,00 € (vinte e seis mil e oitocentos euros) o montante global necessário à execução da mesma. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade assumir para com a Associação dos Bombeiros Voluntários os encargos financeiros, cujo total não poderá exceder a verba de 26.800,00 € (vinte e seis mil e oitocentos euros), e os demais para com as Freguesias do concelho decorrentes da execução dos objetivos contemplados no Protocolo a celebrar, cuja minuta ora se aprova.-----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara para assinar, bem como ao Sr. Vice-Presidente, a quem cabe substituir o primeiro nas suas faltas e impedimentos. -----

----- O Sr. Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da sala, por estar impedido por Lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.2 - Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra

- Pedido de apoio para Elaboração de Projeto

----- Foi presente uma carta da Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, do seguinte teor: -----

----- “ Esta associação possui em Unhais-o-Velho um edifício onde funciona uma secção destacada do nosso corpo de bombeiros, a qual se encontra a necessitar de obras de ampliação e remodelação. -----

----- O aviso identificado com o código POSEUR -10-2016-50, estabelece as condições para apresentação de candidaturas no âmbito das intervenções em edifícios operacionais – Quarteis de Bombeiros, apoiados por fundos comunitários.-----

----- A portaria nº 143-A/2016 de 16 de maio, define as condições a que devem obedecer os projetos de remodelação, ampliação e construção de instalações de corpos de bombeiros, limitando a 85% a comparticipação que pode ser atribuída pelos fundos comunitários. -----

----- Mesmo estando a viver grandes dificuldades, entende a direção desta associação que seria um ato de irresponsabilidade não aproveitar esta oportunidade só porque não temos disponibilidade financeira para a elaboração do estudo prévio e projeto de execução da Reabilitação do Quartel de Bombeiros de Unhais-o-Velho. -----

----- Assim, tendo em conta o interesse municipal do projeto, vimos solicitar a V.Exª se digna



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

conceder-nos um apoio financeiro de 15.500,00 € (quinze mil e quinhentos euros), valor necessário à satisfação deste objetivo." -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para a Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra a verba de 15.500,00 €, destinada à elaboração do estudo prévio e projeto de execução da Reabilitação do Quartel de Bombeiros de Unhais-o-Velho, mediante Protocolo. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara para assinar, bem como ao Sr. Vice-Presidente, a quem cabe substituir o primeiro nas suas faltas e impedimentos. -----

----- O Sr. Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da sala, por estar impedido por Lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.3 - Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra **- Proposta de Parceria para Implementação de Medidas de** **Segurança e Vigilância das Praias Fluviais do Concelho, em 2016**

----- Foi presente uma carta da Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, a informar que, em resposta ao ofício da Câmara Municipal nº 3492, datado de 15/06/2016, a Direção daquela Associação, deliberou por unanimidade aceitar a concretização de um protocolo de colaboração, entre a Câmara Municipal e a Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, com vista à implementação de um Programa de Assistência, Segurança e Vigilância das Praias Fluviais do Concelho, em 2016, que abranja medidas de segurança e vigilância das praias fluviais de Janeiro de Baixo, Pessegueiro, Santa Luzia e Pampilhosa da Serra, nos termos e condições propostas. -----

----- Mais referem que, uma vez ponderados os custos previsionais que esta operação ocasiona, estimam em 24.000,00 € (vinte e quatro mil euros) o montante global necessário à execução da mesma. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade assumir os encargos financeiros decorrentes da execução dos objetivos contemplados no Protocolo a celebrar, cuja minuta se aprova, cujo encargo total não poderá exceder a verba de 24.000,00 € (vinte e quatro mil euros).-----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara para assinar, bem



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

como ao Sr. Vice-Presidente, a quem cabe substituir o primeiro nas suas faltas e impedimentos. -----

----- O Sr. Vereador João dos Santos Alves ausentou-se da sala, por estar impedido por Lei. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.4 - Liga de Melhoramentos da Freguesia de Vidual de Cima

- Pedido de apoio financeiro para a realização de obras na Casa de Convívio de Vidual de Cima

----- Foi presente um ofício remetido pela Liga de Melhoramentos da Freguesia de Vidual de Cima, com o registo de entrada nº 6569, datado de 14 de junho de 2016, a solicitar apoio financeiro, para as obras de restauro/beneficiação da Casa de Convívio do Vidual de Cima, nomeadamente o telhado, por se encontrar em mau estado, bem como obras de remodelação das casas de banho, por forma a dotá-la das condições essenciais ao seu bom funcionamento.-----

----- Face ao exposto e depois de analisar, tendo em conta a informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade transferir para a Liga de Melhoramentos da Freguesia de Vidual de Cima, a importância de 10.000,00 € (dez mil euros), destinada aos fins supra mencionados, mediante Protocolo a celebrar, cuja minuta se aprova.-----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Sr. Presidente da Câmara para assinar, bem como ao Sr. Vice-Presidente, a quem cabe substituir o primeiro nas suas faltas e impedimentos. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.5 - Legalização do Terreno sito no “Cabeço da Urra, inscrito na matriz predial da Freguesia de Pampilhosa da Serra, sob o artigo nº 32706

- Escritura de Justificação Notarial

----- Pelo Sr. Presidente da Câmara foi presente a seguinte proposta: -----

----- Tendo em conta que o Município de Pampilhosa da Serra está empenhado na Valorização do seu Património, considera-se necessário proceder à legalização através de escritura de Justificação, do prédio inscrito na matriz predial rústica da freguesia de Pampilhosa da Serra sob o artigo nº 32706, com a seguinte descrição: -----

----- - Terreno com aptidão florestal, com ocupação de mato, sito no “Cabeço da Urra”,



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

com a área de 320.207 m², a confrontar de Norte e Poente com a via pública, Sul com via pública e outros e de Nascente com via pública, José Antunes Martins e outros. -----

----- O prédio supra indicado está na posse deste Município desde tempos imemoriais, cujo modo de aquisição se desconhece, não dispondo este Município de elementos que permitam identificar os transmitentes e os documentos comprovativos da transmissão a favor do Município de Pampilhosa da Serra, apesar das inúmeras pesquisas feitas, quer nos arquivos do Município, quer junto do Serviço de Finanças e Cartório Notarial. Acresce que o citado prédio terá ficado omissa à matriz, aquando das avaliações gerais ocorridas ao concelho em 1990, motivo pelo qual se pediu recentemente a sua inscrição na matriz, não fazendo qualquer correspondência com o artigo da antiga matriz predial rústica, por não ter elementos que o permitam fazer. -----

----- Face ao exposto, urge invocar a usucapião de forma a legalizar a aquisição do referido prédio, dado que o Município, tal como foi referido, possui o prédio há mais de vinte anos, nele praticando todos os atos materiais correspondentes ao exercício do direito de propriedade, designadamente, limpando os matos e avivando as extremas, tornando-se necessário, conferir-me poderes para em nome do Município, justificar por usucapião o direito de propriedade sobre tal prédio, assinando a escritura e tudo o que se mostre necessário ao indicado fim. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar e conceder poderes ao Sr. Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

3.1.6 - HASTA PÚBLICA para adjudicação do direito de arrendamento, para fins não habitacionais, do primeiro piso do edifício inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Pampilhosa da Serra, sob o artigo nº 1482.

- Informação do Sr. Presidente da Câmara

----- O Sr. Presidente informou o restante Executivo do seguinte: -----

----- No uso da competência prevista na al. g) do art. 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12/09, que me foi delegada pela Câmara Municipal através de deliberação tomada em 15/10/2013, informo a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra que por meu Despacho, datado de 13 de junho de 2016, determinei a realização, no dia 27 de junho de 2016, de hasta pública, para adjudicação do direito ao arrendamento, para fins não habitacionais, do primeiro piso do edifício inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Pampilhosa da Serra, sob o artigo 1482, composto de casa de arrecadação com terraço, localizados na Vila, Freguesia e Concelho de Pampilhosa da Serra, nos precisos termos e



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

condições constantes no Programa de Procedimento, Caderno de Encargos e Edital, anexos à presente. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO

4.1 - FISCALIZAÇÃO

4.1.1 - Acidente de viação

- Pagamento de indemnização

----- Foi presente uma reclamação, datada de 25 de fevereiro do corrente ano, onde o munícipe André Batista Gomes Duarte, residente na Rua Padre Carlos Borges das Neves - Pampilhosa da Serra, informa que no dia 13 de fevereiro, o seu veículo automóvel foi abalroado por um sinal de trânsito no local onde se encontrava estacionado, na Rua Padre Carlos Borges das Neves, pelo que solicita que se apurem responsabilidades com vista à reparação dos prejuízos causados. -----

----- Após análise e efetuadas as diligências internas, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade indemnizar o munícipe André Batista Gomes Duarte, na importância de 584,58 € (quinhentos e oitenta e quatro euros e cinquenta e oito cêntimos). -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.1.2 - Freguesia de Fajão-Vidual

- Pedido de alteração de Toponímia na localidade de Ponte de Fajão

----- Foi presente um ofício da Freguesia de Fajão-Vidual, a comunicar que, no seguimento do pedido formulado pela Comissão de Melhoramentos de Ponte de Fajão e avaliado na sessão de Junta de Freguesia do passado dia 09 de junho, submetem à aprovação da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, no cumprimento da Lei nº 75/2013, artº 33º, alínea ss), a alteração da toponímia da localidade de Ponte de Fajão, como se segue: -----

----- Largo da Coladinha - passará a denominar-se "Largo José Francisco dos Santos" (Zé da Carris); -----

----- Rua que vai do passadiço à praia fluvial, passará a denominar-se "Rua António Batista Gonçalves" (Cristo Rei); -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

----- Largo do Tanque, passará a denominar-se “Largo António Duarte Bento”; -----
----- Rua que liga o passadiço ao Vale, passará a denominar-se “Rua César Santos
Morais”. -----

----- A Câmara Municipal, após análise e no uso das competências que lhe confere a Lei
nº 75/2013, artº 33º, alínea ss), deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de
setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

4.2 – OBRAS PARTICULARES

4.2.1 – Restituição de taxas referente à alteração de moradia unifamiliar, sita no Beco da Eira, nº 2, em Adurão

- Processo nº 01/2015/34

- Requerente: António Gonçalves Alves

----- Foi presente uma informação dos Serviços Administrativos do Urbanismo, do
seguinte teor: -----

----- “ Em 10/12/2015, deu entrada nestes serviços de obras particulares, o processo de
licenciamento em epígrafe onde foram declaradas áreas superiores às apuradas, posteriormente,
pelos serviços técnicos de obras, em 17/05/2016. -----

----- Sobre as áreas declaradas recaíram as taxas devidas, pagas através da guia de recebimento
nº 521, de 09/12/2015. -----

----- Efetuados os devidos cálculos, apurou-se que o valor cobrado a mais é de 9,10 €, conforme
discriminado no documento em anexo. -----

----- Face ao exposto, propõe-se a restituição ao requerente do valor de 9,10 €, nos termos do
disposto no nº 2 do artº 16, do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação.” -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade
aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de
setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

5 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

5.1 - GABINETE FLORESTAL

5.1.1 - Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra

- Pedido de Emissão de Documento

- Candidatura ao POSEUR 10-2016-50



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

----- Foi presente um ofício da Associação dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, do seguinte teor: -----

----- “ Esta associação possui em Unhais-o-Velho um edifício onde funciona uma secção destacada do nosso corpo de bombeiros, a qual se encontra a necessitar de obras de ampliação e remodelação. -

----- O aviso identificado com o código POSEUR -10-2016-50, estabelece as condições para apresentação de candidaturas no âmbito das intervenções em edifícios operacionais – Quartéis de Bombeiros, apoiados por fundos comunitários.-----

----- A portaria nº 143-A/2016 de 16 de maio, define as condições a que devem obedecer os projetos de remodelação, ampliação e construção de instalações de corpos de bombeiros. -----

----- O artigo 4º da referida portaria prevê a criação de uma comissão técnica que deverá ser ouvida antes de emitido o parecer prévio vinculativo. -----

----- Perante este enquadramento, solicita-se a V.Exª se digne mandar emitir documento, no qual conste: -----

----- a) A suscetibilidade a incêndios florestais, riscos e vulnerabilidades associados à nossa área de atuação (concelho de Pampilhosa da Serra), bem como se a mesma abrange zonas da Rede Nacional de Áreas Protegidas e Classificadas; -----

----- b) Identificação e contacto do técnico, representante do município, que integra a comissão técnica prevista no nº 3 do artº 4º do Anexo da Portaria nº 143-A/2016 de 16 de maio. -----

----- Tendo em conta o interesse municipal do projeto, requer-se ainda a isenção da taxa que se mostrar devida pela emissão do documento solicitado.” -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade emitir documento do qual conste: -----

----- a) A suscetibilidade a incêndios florestais, riscos e vulnerabilidades associados à nossa área de atuação (concelho de Pampilhosa da Serra), bem como se a mesma abrange zonas da Rede Nacional de Áreas Protegidas e Classificadas; -----

----- b) Identificação e contacto do técnico, representante do município, que integra a comissão técnica prevista no nº 3 do artº 4º do Anexo da Portaria nº 143-A/2016 de 16 de maio. -----

----- O técnico que vai representar o município na comissão técnica prevista no nº 3 do artº 4º do Anexo da Portaria nº 143-A/2016 de 16 de maio é: Sandra Sofia Miguel Chora Custódio, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Municipal (DDM) .-----

----- Mais foi deliberado isentar da taxa devida pela emissão do referido documento. --

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL

6 - DIVISÃO SOCIOCULTURAL E EDUCATIVA

6.1 - EDUCAÇÃO

6.1.1 - Manuais Escolares - Ano Letivo 2016 / 2017

----- Foi presente uma informação do Serviço de Educação, do seguinte teor: -----

----- “ No âmbito do Programa Na Escola com a Sacola e por forma a assegurar às crianças e jovens que estudam no Concelho a gratuidade dos manuais escolares, apoiando deste modo as famílias nas despesas de educação dos seus educandos, vimos por este meio propor a V.Ex^a a continuidade desta medida para o ano letivo de 2016/2017. -----

----- À presente informação, anexam-se os procedimentos, regras e formulários de inscrição. -----

----- À consideração superior.” -----

----- Face ao exposto e após análise, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

III - PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

----- A Câmara Municipal, concedeu uma hora de período aberto ao público, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Esgotado que foi o tempo e não tendo aparecido nenhum munícipe, o Sr. Presidente deu por terminado o período aberto ao público. -----



MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA
CÂMARA MUNICIPAL

ENCERRAMENTO

----- Não havendo mais assuntos a tratar, foi declarada encerrada a reunião, quando eram onze horas e trinta minutos, dela se lavrando esta ata, que foi posteriormente assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica, que redigi e subscrevi. -----




